RESUMO EXECUTIVO da A TA

Aos dezessete dias de dezembro de 2008, às 09h, reuniram-se na sede da Secretaria de Meio Ambiente, situado à Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345, Auditório Augusto Ruschi, município de São Paulo-SP, os Conselheiros, representantes e convidados do CBH-AT, para tratar da pauta, conforme estabelecido no Ofício de Convocatória – Plenária Extraordinária CBH-AT, nº 89/08 – Sec. Exec./CBH-AT. Clóvis Volpi, Presidente do Comitê do Alto Tietê abriu a reunião dando as boas vindas e concedeu a palavra à Mário César (Vice-presidente do Subcomitê Juquery-Cantareira) que trouxe ao conhecimento do Comitê do Alto Tietê a Deliberação do Subcomitê Juquery-Cantareira sobre a construção da praça de pedágio do km 66 da Rodovia Fernão Dias, e que trará prejuízos aos mananciais da subbacia, como por exemplo pelos desvios do pedágio em rotas de fuga por veículos com cargas perigosas, além do que a área se localiza a cerca de 400 m do canal do rio Juquery, bem próximo ao reservatório terminal do sistema Cantareira, que a área tem notória importância ambiental, e a obra é contrária ao plano diretor de Mairiporã e foram efetuados várias embargos por parte do Departamento de Obras da prefeitura municipal de Mairiporã, alertando Inclusive que não foram feitas consultas ao município e nem aos órgãos estaduais de licenciamento, contrariando em especial a portaria CONAMA 237/97. A Deliberação evoca a necessidade prévia de apresentação das diretrizes para o licenciamento ambiental e a consequentemente licença ambiental, da apresentação de EIA-RIMA e do Estudo de Impacto de Vizinhança previsto em lei federal e no estatuto das cidades, requerendo no caso das dispensas pelos órgãos ambientais competentes as devidas justificativas e consequente envio às considerações do Ministério Público. Solicita a mudança da localização da praça de pedágio para o km 54,7 ou outro fora da área de proteção de mananciais, e foi encaminhada como forma de subsidiar os parâmetros a serem decididos no EIA-RIMA, e no Estudo de Impacto de Vizinhança. Em havendo a insistência no prosseguimento das obras requer pareceres técnicos frente aos impactos ao manancial Cantareira e resolução dos antigos passivos ambientais da rodovia Fernão Dias nos corpos hídricos do manancial. É encaminhada à Sabesp, ao DAEE, e a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Secretaria do Meio Ambiente, além de dar ciência ao Ministério Público Federal. Carlos Conde complementou dizendo que a praça de pedágio se localiza exatamente no coração da área de proteção, nas imediações do parque estadual Cantareira, do parque do Juquery, de área tombada pelo CONDEPHAAT, e também próximo a área de RPPM. Lembrou que o próprio documento da ANT-Agência Nacional de Transportes no edital da privatização previa a fuga de pedágios para as estradas secundárias em 9,5% de automóveis e 33% de veículos de carga. Demonstrou que nas rotas de fuga existe a recém criada Estrada Parque das Roseiras que atualmente já sofre os impactos na fauna e flora, com atropelamento de animais, acidentes automobilísticos, indo exatamente no sentido contrário de sua vocação de estrada de interesse turístico cercada pelas matas e mananciais que abastecem a represa. Disse também que em termos de gestão dos recursos hídricos o prejuízo também estaria na potencialização do assoreamento da represa além de evidentemente colocar em risco todo o sistema devido às cargas perigosas. Bonfílio Alves Ferreira (IPEH) enfatizou a necessidade de vigilância que o Subcomitê evocava pela sua 2 postura e posicionamento de proteção aos mananciais, salvaguardando o que o Governo do Estado definiu como diretriz em sua política pública e solicitou a ratificação da Deliberação do Subcomitê Juquery-Cantareira no sentido que as ponderações colocadas devem necessariamente ser observada pelo empreendedor. Ressaltou que a CONAMA 237/97 obriga a realização de oitiva do município e que estavam trazendo a preocupação como debatida em plenária do Subcomitê Juquery-Cantareira para que não houvesse omissão das competências. **O Presidente encaminhou a proposta para análise da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão do Alto Tietê-CTPG.** Seguindo a pauta dos trabalhos, pelo item Informes, Marcelo de Souza Minelli, Secretário Executivo do Comitê, destacou que receberam ofício da Coordenadoria de Recursos Hídricos-CRHi, agradecendo a participação no ano de 2008 e lembrando dos prazos estabelecidos pelo calendário : 31/12/2008 data limite para encaminhamento do Plano da Bacia e relatório de situação aprovado pelo Comitê; 31/12/08 data limite para atendendo à Deliberação CRH 90 pe envio da atualização do cronograma de cobrança pelo uso da água; e em 31/03/2009 prazo limite para eleição nos Comitês da nova direção e dos representantes dos municípios no CRH. **Na plenária de janeiro deveriam formar uma Comissão Eleitoral segundo o estatuto acordado na CTPG para as novas regras do cadastramento e**

recadastramento da Sociedade Civil Organizada. Pedro Roberto Jacobi (USP) apresentou os principais dados do Diagnóstico Analítico do Comitê do Alto Tietê como parte integrante do Plano da Bacia. O Plano da Bacia foi apresentado em plenária para todos os Subcomitês, contendo um diagnóstico contemplando o Desenvolvimento Institucional, Desenvolvimento dos Órgãos e Entidades do Comitê, Desenvolvimento da legislação e os instrumentos de gestão, Desenvolvimento tecnológico e a capacitação dos recursos humanos, Comunicação social e educação ambiental para uso racional e proteção dos recursos hídricos, Planejamento e gestão divididos em vários subitens, desta forma totalizando um plano extremamente abrangente, sendo que os dados foram disponibilizados aos membros do Comitê em formato de Cd, contendo os dois volumes do Plano da Bacia. A Professora Mônica Porto (FUSP) lembrou que o Plano da Bacia obedece a Deliberação CRH 90 que Dispõe sobre o conteúdo mínimo dos Planos da Bacia, que o Plano também contém seu plano de ação, com o orçamento global das necessidades de investimentos na bacia e que os trabalhos continuariam a partir de janeiro para detalhamento das ações listadas, quando a equipe do Plano da Bacia deveria voltar ao Comitê e aos Subcomitês. Marco Antônio Palermo (ABRH) complementou, além do Plano da Bacia ser apresentado nos Subcomitês o GT-Plano e a CTPG fizeram uma série de reuniões e debates que serviram de incorporação ao plano, sendo que a CTPG emitiu um relatório de suas observações concluindo pelo encaminhamento à plenária do Diagnóstico Analítico da Bacia para aprovação do Comitê. O Presidente colocou em votação, **foi aprovado o Diagnóstico Analítico do Comitê do Alto Tietê. Foi Aprovada a Ata da última reunião plenária do Comitê, ocorrida aos cinco dias de novembro de 2008, com as inclusões:** anexar o atestado de regularidade e aprovação de contas da Agência da Bacia (FABH-AT) no exercício de 2006, um documento do Ministério Público, conforme solicitado por Miron Rodrigues da Cunha (Associação Paulista dos Consultores em Meio Ambiente); Bonfílio Alves solicitou que constasse em Ata para conhecimento de todos, além de estar contido na Ata de inteiro teor, o debate da reunião anterior a respeito dos limites de competência do Comitê e dos Subcomitês, conforme o registro taquigráfico, como segue : " ´Nei Favela´ : Queria que o Secretário Executivo pedisse para que nossa Coordenadora da Câmara técnica fizesse a colocação mais específica. Violeta Kubrusly : O parecer do Subcomitê é de recomendação, não é parte do sistema formal de licenciamento, no entanto dado a importância do colegiado na sua formação tripartite claro que deverá ser considerado no licenciamento e não simplesmente ignorado e nesse sentido achamos que tem que cumprir e precisamos dessa Deliberação para dar a seqüência formal mas esse sistema não é parte do sistema formal licenciador, e então é importante ter a delegação e trabalharmos harmoniosamente. Bonfílio Alves : Esse debate é relevante porque é recorrente nas nossas plenárias e as competências e atribuições do próprio colegiado. Acho que é natural que tenhamos ainda uma série de dúvidas com relação a essas competências até porque demorou 12, 13 anos para chegarmos nesse momento, e é natural que a gente precise de esclarecimento para algumas coisas e nessa mesma modelagem de sistema de regulação, porque somos um colegiado regulador, ou seja editamos normas com respeito aos recursos hídricos, que é uma competência especial, a Lei de meio ambiente é uma Lei geral e a de recursos hídricos uma Lei especial e em se tratando de especial também temos uma competência especial, de normatizar, quando um colegiado como o Comitê de bacia ou Subcomitê que tem delegação é instado a tomar uma Deliberação, porque pode ser instado, e é papel da Secretaria Executiva definir o que encaminha, se for para consulta ao colegiado ou se encaminha na pauta para Deliberação, quando a matéria vem não em regime de consulta, mas de Deliberação, cabe a esse colegiado com sua competência especial normatizar e ao normatizar valida os operadores do sistema de licenciamento ambiental porque o sistema de licenciamento é composto pela legislação que vincula toda ação do operador e então dentro da estrutura legal está um órgão formulador de normas debaixo da legislação ordinária que é o Comitê de bacia e o Subcomitê, e então em caráter deliberativo, se provocado, ele vai balizar o licenciamento e vincular o licenciamento. Essa discussão tratamos na plenária anterior e ficaram uma série de dúvidas, então é importante enfatizarmos isso porque fica dirimida essa dúvida, que é tão recorrente em nossas reuniões. Miron : Claro que o licenciador não é o Comitê, ocorre que a etimologia da palavra Deliberar é resolver, se resolveu, espera que seja atendido. Se esse Comitê Deliberar, Deliberou, os órgãos ambientais tem que considerar assim para dar o licenciamento, e pode ser até obstado no futuro por aquelas demandas de controle. Secretária : Estávamos conversando o seguinte, quando vem para nós, como vai para o Subcomitê, a Lei diz para a manifestação... Miron

" Não é o caso", ele é Deliberativo. Secretária : Não, no caso concordo com o Bonfílio, não pode estar em termos de Deliberação, é manifestação, uma manifestação técnica. Mas nosso papel realmente é que somos ouvidos, é uma manifestação, não consta na Lei com Deliberação. Miron : Então tem que tirar a palavra Deliberar. -. Está como manifestação na Lei. Miron : Mas a delegação é Deliberativa. Amauri : Só queria lembrar que esse texto é exatamente o que consta na Lei. (Debates - falas ao mesmo tempo) -. A Deliberação é que delega a manifestação ao Subcomitê. Vice-presidente: Só um comentário. Evidentemente estamos entrando em uma série de discussões técnicas e jurídicas, normas, etc, e isso é uma coisa realmente complexa que não sei se cabe exatamente discutimos nesse nível de detalhado, o Dr. Bonfílio e Miron colocaram, também os outros colegas, tem argumentos que para nós que somos leigos no assunto e aparentemente são muito consistentes e essa é uma questão que deve ser analisada dentro do fórum específico, já ouvi muitas discussões aqui, inclusive com respeito à Agência Reguladora, que tem normas legais que devem ser obedecidas, etc, etc, é uma questão que realmente se discute em todo contexto e acredito que as opiniões estão bem consignadas nesse contexto e, podem ser registrado em qualquer outra manifestação. Secretária: Complementando, o que você está colocando, Bonfílio, foi levado para a Câmara Técnica de Planejamento que manteve essa interpretação, eles consultaram, verificaram, foi levado em consideração e realmente não tem como alterar o texto da Lei, nós poderemos acho, não sei, gostaria da avaliação de vocês todos, até fazer uma reivindicação se altera alguma coisa, amanhã, mas em relação a hoje, o que precisamos realmente aprovar é isso, porque o que está acontecendo? Na região do Guarapiranga temos vários processos parados na casa onde o DUSM não pode se manifestar e a região está estagnada, por culpa, exclusivamente hoje, nossa, entendeu? Porque existem essas dúvidas, então acho Bonfílio, que isso é uma coisa que talvez temos que ter uma discussão em outro nível, não aqui dentro, mas voltando para a Câmara Técnica gostaria que a Coordenadora se manifestasse, que isso fosse levado em consideração. Bonfílio: Você tinha eliminado a polêmica mas retomou, então quero voltar a dizer que realmente é um tema não resolvido. Quando alguém é instado a dizer alguma coisa, ou a se manifestar, no nosso caso, isso não está dizendo Maria Emília, que nossa competência não é Deliberativa, o que cabe no caso é a Secretaria Executiva do Subcomitê, instruir, devidamente orientada pela sua Câmara Técnica ou pelo Grupo Técnico de compensação, encaminhar a matéria, devidamente instruída, e se vai ao plenário a consulta, ou a Deliberação, é muito simples isso, está resolvido, a palavra manifestar não quer dizer que não temos competência para regular, para Deliberar e, portanto, normatizar, essa é a nossa competência, aliás é competência dos Comitês de Bacia desde o século XVII na Espanha, para solucionar conflitos, não é para delegar a quem não foi escolhido pelo voto, não temos representantes da Fiesp, Agricultores e Consumidores no órgão operador do licenciamento, é aqui que tem, é aqui que decide. Secretária: Um aparte. O que eu tentei falar é o seguinte, o que estamos Deliberando é a competência da manifestação do Subcomitê é essa manifestação que hoje estamos discutindo. Sobre a segunda parte, concordo com você, concordo, mas hoje estamos delegando ao Subcomitê isso. ‘Nei Favela’: Questão de ordem. Quero colocar uma coisa importante. Nós estamos aqui, o assunto já foi para CTPG, estamos aqui hoje para uma Deliberação que não vai acontecer, porque não há quórum, para que a gente possa atuar como órgão colegiado na gestão do APRM-Guarapiranga, é isso. Dr. Bonfílio, tem todos os detalhes, etc e tal, só como encaminhamento, porque as instruções da CTPG já foram dadas. Vice-presidente: Para procurar contemplar essas questões, no meu modesto entendimento, a palavra manifestação é no geral, então manifestação pode ser contrário, a favor, pode ser o que quiser, a manifestação resolve, está certo? Acho que é a melhor palavra até nesse sentido, é o sentido dela... Bonfílio: Dentro da nossa competência, estou só esclarecendo o que você está dizendo. Vice-presidente: Então acho que as considerações de todos estariam contempladas dentro desse contexto, é só uma questão de como proceder na manifestação, terá em um ato próprio para cada manifestação, e aquela manifestação vai ser estabelecida. “Nei Favela”: Gostaria de garantir a continuidade da apresentação do Secretário Executivo.”

Seguindo a pauta, foi discutido a Deliberação que dispõe sobre a natureza das demandas da aprovação dos critérios de pontuação e hierarquização dos empreendimentos a serem financiados com os recursos do FEHIDRO, destinados ao CBH-AT para o exercício de 2009, houve amplos debates, destacando em síntese: Nelson Pedroso (AGDS) solicitou o adiamento da discussão para janeiro para o segmento poder se reorganizar novamente, e de forma mais qualificada discutir o

teor da proposta. Pedro Jacobi, em nome da CTPG disse “nos reunimos durante mais de 6h, trabalhou conjuntamente, de maneira tripartite, discutimos cada ponto dessa minuta de Deliberação, foi pactuado com esse grupo, de uma forma extremamente tranquila, transparente, trazendo todos os contraditórios à baila, tem várias pessoas aqui presentes que podem ratificar ou fazer algum questionamento, mas eu me sinto quase que desrespeitado como CTPG por esse tipo de posicionamento. Ou seja, para que serve então a CTPG, que teve a participação dos diferentes segmentos trabalhando em clima de absoluta tranquilidade, onde foram colocados todos os questionamentos, absolutamente todos.” Sandra (Prefeitura municipal de Santo André) solicitou que constasse, “a minha declaração foi apenas com relação à representação pessoal no Conselho Fiscal da FABH-AT, porque fui designada na última reunião aqui, e eu apenas estava dizendo que passei meus dados, para constar em Ata mas que muito provavelmente logo que se dê a primeira reunião terá que ser solicitado à Santo André o nome do representante na próxima reunião.”Bonfílio disse que a matéria era legal e não de mérito, não poderiam abrir precedentes visto que não era devidamente justificado, para o não cumprimento dos prazos de envio de documentos para análise dos Conselheiros, conforme estabelece o estatuto do Comitê. O Secretário disse “gostaria de destacar que a estrutura dos grupos de trabalho respeita a participação do estado, municípios e Sociedade Civil Organizada, que todas as reuniões de trabalho foram conduzidas obedecendo as regras de estatuto, inclusive de representatividade...”Valentina Denizo (CDHU) disse que o conteúdo da Deliberação foi extensamente discutido na CTPG. “Só queria lembrar que não foi objeto de uma reunião da Câmara Técnica mas da consolidação nessa reunião de um trabalho de pelo menos um ano de um GT.” Após os debates**, em votação, por dezessete votos, as considerações sobre a Deliberação que dispõe sobre a natureza das demandas da aprovação dos critérios de pontuação e hierarquização dos empreendimentos a serem financiados com os recursos do FEHIDRO, destinados ao CBH-AT para o exercício de 2009, foi adiada para a próxima plenária, que foi anunciada para o dia 12/01/2009.** A plenária entrou em debates sobre se o tema deveria antes ser remetido aos Subcomitês, destacamos algumas colocações : Amaury Pollachi (Secretaria de Saneamento e Energia) disse que com a apresentação nos Subcomitês poderiam ficar prejudicados com relação à possibilidade de apresentação dos projetos FEHIDRO no prazo estipulado, houve a participação dos membros representantes de cada Subcomitê. O Presidente considerou, o segmento Sociedade Civil Organizada seria o maior prejudicado em caso da perda do prazo para a apresentação dos projetos. Maria del Carmen Adsuara (P.M de Santana do Parnaíba) disse, “Quero falar em nome de meu Subcomitê, fomos consultados, temos um Secretário Executivo muito eficiente que é o Carlos, e tivemos reunião essa semana e todo mundo está de acordo. O meu Comitê já foi ouvido e não precisa ser novamente ouvido.”Nélson disse que notou, na breve leitura do documento, que as mesmas propostas foram discutidas no Subcomitê no ano anterior dando a impressão de que realmente não houve a discussão e não havia mais justificativas para não dar ouvidos aos Subcomitês. O Presidente disse, “Queria que constasse em Ata o seguinte, que dessa discussão marcaríamos uma nova reunião para deliberarmos o que está aqui e nessa reunião a mesa aceitaria propostas para modificação cuja plenário decidiria ou não a mudança das propostas existentes.” Bonfílio solicitou que deveria ser aberto o convite para todo o cadastro de todos os Subcomitês, para que as ponderações pudessem vir à plenário. O Presidente propôs “marcamos na próxima segunda-feira após o dia 10, qualquer um que tiver propostas para a modificação, o que votamos? A alteração. Faz a reunião dia 12 e já marcamos para definir isso. Está boa essa proposta? ”Osvaldo Vieira (Secretário Executivo do Subcomitê Juquery-Cantareira) propôs que fosse encaminhado aos Secretários Executivos dos Subcomitês para re-encaminhar ao colegiado, enviando suas sugestões, pois haveria dificuldade de quórum no período de janeiro para uma reunião no Subcomitê, “Também queria dizer que nosso Subcomitê é participante, sou atuante no Subcomitê, e colaborou bastante na elaboração dessas propostas para os critérios, e ficou faltando apenas uma solicitação, que é do Bonfílio e acredito que deve ser da Sociedade Civil, a questão da educação ambiental, acho que essas coisas nem precisamos encaminhar muito, acho que encaminhar qual é a questão aqui hoje da educação ambiental que é o que eles pretendem na demanda induzida.”Bonfílio solicitou que constasse “...é evidente que não foram consultadas as plenárias do Subcomitê, isso é um fato. (...) Quero deixar registrado em Ata, porque talvez como bem disse nosso Secretário Executivo, o Osvaldo, é difícil dar quorum em janeiro, por isso vamos aceitar esse precedente, esse precedente de não ouvir o Subcomitê, porque janeiro é

um mês difícil, vamos admitir, mas eu pediria pelo Subcomitê, que uma matéria muito cara e tão importante, para que este plenário não fique tão esvaziado como está, para que não continuamos sonhando que estamos fazendo gestão de recursos hídricos quando na verdade estamos nos enganando, insisto que o tema Comunicação e Educação Ambiental deve continuar sendo prioridade como sempre foi do Comitê, no Subcomitê Juquery-Cantareira, e tivemos um fato absurdo, nesse ano acompanhei todas as reuniões de Câmara Técnica, da CTPG geral aqui, que fechou os critérios, colocamos geral, para toda a bacia do Alto Tietê o tema de Educação Ambiental e Comunicação Social, e quando, apresentamos um projeto no Subcomitê, a Câmara Técnica disse que "Ah! A regra é geral mas o particular não vale ", então projeto de educação ambiental para o Juquery-Cantareira não foi previsto, educação ambiental, então está previsto para toda a bacia, mas aqui a filosofia clássica não é aplicada, o que vale para o geral não vale para o particular e eu tive que ouvir esse absurdo, então insisto que essa matéria seja respeitada porque nosso Subcomitê tem história de trabalho na educação ambiental, junto com a Secretaria de Estado da Educação foram desenvolvidos trabalhos pioneiros e queremos insistir e continuar aprofundando essa linha de trabalho que fez o Subcomitê Juquery-Cantareira pioneiro em várias matérias, somos o Subcomitê que está na frente do monitoramento das águas do rio, que pediu recursos para fazer o plano de saneamento dos cinco municípios e é o IPT que vai fazer, então esse pioneirismo é gerado em razão da educação ambiental, que tem gerado massa crítica e a possibilidade de qualificação dos setores, então me desculpe, não quero mais ouvir esse tipo de insinuação absurda.”**O Presidente comunicou então o calendário para janeiro, dia 06 envio de propostas às Secretarias Executivas, dia 08 distribuição das propostas, e dia 12 decisão no plenário por voto.** Pelo item apresentação do programa REAGUA pela Secretaria de Saneamento e Energia, o Secretário Adjunto Ricardo Toledo e a Coordenadora de Saneamento Mariza Guimarães comunicaram que o programa visa a recuperação das águas paulistas, que o edital está disponível no site da Secretaria, e na sua primeira fase de inscrição tem prazo de apresentação de propostas até 31/ 01/2009. Fundamentalmente consiste no apoio do estado aos projetos de melhoraria da disponibilidade de água para uso do abastecimento público. O programa é subdividido em dois grandes componentes, a gestão de demandas de água apoiando basicamente ações de controle de perda, uso racional e ações de reuso de água. Um segundo componente voltado para a recuperação da qualidade e intervenções no sistema da rede de esgoto, podendo ser com a utilização dos sistemas existentes ou de novos sistemas, e recuperação de córregos. O programa vai apoiar os prestadores de serviço na forma de autarquias e empresas municipais ou estaduais de saneamento e empresas de economia mista como no caso da Sabesp. Solicitaram a colaboração de todos para divulgação. Sendo aberto para esclarecimentos e comentários houve ampla participação da plenária, cujo inteiro teor encontra-se na Ata Integral, citamos por exemplo: Bonfílio, que primeiramente parabenizou a iniciativa da Secretaria de Saneamento e Energia, considerando que era importantíssimo para a efetividade do programa envolver os vários atores da cadeia do processo de uso racional da água, recuperação das águas, recuperação das áreas degradadas e aumento da produção da água, e solicitou levar o debate para os Subcomitês e o Comitê, dizendo “inclusive para que não haja ao longo dos anos na implementação dos programas um conflito entre o que deliberamos aqui como prioridade e o que tem como prioridade esse programa em seus detalhamentos. Outra ponderação, com respeito a vinculação da oitiva da companhia de saneamento, o município tem autonomia e deve respeitar o constante no contrato e nos contratos obviamente o respeito a essa autonomia do município deve ser preservada, são duas figuras na execução desse programa, uma é a sociedade civil, será que a Sociedade Civil foi considerada no seu papel executivo também para contribuir nos programas que aqui estão? Há possibilidade da Sociedade Civil apresentar demandas e também de participar com seu papel de cooperação na execução desse programa? No caso dos municípios há o papel dos Consórcios e pelo que vi aqui não está sendo observada essa possibilidade dos Consórcios serem propositores...”Marco Palermo, agradeceu pela apresentação da Secretaria de Saneamento e Energia, e pediu esclarecimento sobre os requisitos básicos para os municípios participarem. Mariza Guimarães respondeu que o programa contempla na primeira etapa o critério de escassez hídrica, sendo eleitos cinco UGRHIs, a 5, 6, 8, 9 e 10, e como a captação de recursos é junto ao Banco Mundial de comum acordo para a maior efetividade da aplicação dos recursos estabeleceram como linha de corte que os recursos fossem aplicados em entidades jurídicas organizadas como autarquias, empresas públicas municipal, ou sociedade de economia mista. “Na

verdade a aplicação do recurso é no município, sobre o veto da organização por Consórcio a gente pode até observar mas a porta de entrada é o prestador de serviço mesmo, podemos analisar casos específicos."O Presidente solicitou uma palestra específica com os prefeitos e seus Secretários de Meio Ambiente e disse que com certeza iriam divulgar o programa. Foi colocado em discussão a Deliberação dispondo a aprovação do relatório de situação do CBH-AT 2008. Laura Stela Perez (CRHi) esclareceu que a metodologia estabelecida foi acordada e os Subcomitês fizeram seu relatório de situação, este foi consolidado no relatório da bacia do Alto Tietê e havia o prazo de até 31 de dezembro para aprovação pelo Comitê. **Em votação a Deliberação Aprovação do Relatório de Situação do CBH-AT 2008, foi aprovado por unanimidade.** O Secretário colocou em discussão o item Aprovação da Atualização do Cronograma de Cobrança pelo uso da água. Explicou que em função da Deliberação CRH 90, necessitavam da atualização até o prazo de 31 de dezembro e 2008. A atualização ficou a cargo do GT Cobrança e disse, "Tivemos inclusive uma conversa também com o Vanzo da Fundação para ver se conseguimos antecipar esse cronograma, porque tem uma data limite de 10/06/08 e fizemos uma discussão breve para ver se conseguimos juntar os esforços da Cetesb, DAEE, Fundação e os integrantes do Subcomitê para ver se conseguimos cumprir essa data para iniciar a cobrança ainda ao final de 2009, o que demanda a necessidade dos atores do CRH, e foi chamado e também discutimos essa possibilidade, que nesse caso precisaríamos de uma Deliberação extraordinária e a data é em agosto e teríamos que antecipá-la para a primeira quinzena de julho, permitindo que o Comitê de Bacia, em cumprindo esse cronograma, consiga de fato iniciar a cobrança em 2009." O Presidente disse que em não acontecendo seria praticamente um auto prejuízo a todo o sistema e nas tratativas chegaram a proposta com a data limite de 10/06, possibilitando a emissão dos boletos ainda em 2009, e havendo eventuais discussão com alguns usuários, deveriam buscar um entendimento administrativo, e político, reiterando porém que deveria ser aprovado até 31 de dezembro. Edmundo apoiou, mas lembrou que estavam bastante atrasados, conforme a Deliberação 08/06 do Comitê no Artigo 3º. Dizendo que o cronograma final dos trabalhos seria feito em março de 2007, e solicitou que os órgãos públicos e órgãos consultivos deveriam entregar suas informações. Disse Miron, "Primeiro vou informar o meu amigo Edmundo que não foi Ad Referendum a decisão do Conselho de estado, foi em uma sessão plenária. A agilidade de Sorocaba é louvável, porque talvez tenha forças menos anacrônicas do que as que tem aqui nessa bacia. Não há razão técnica nenhuma para que cobrança seja autorizada a partir de hoje aqui por parte do Comitê para começar no dia 01 de janeiro. Existem historicamente os cadastros do DAEE, da Cetesb, cadastro que diz a lei que tem que fazer uma pesquisa e formar um cadastro novo, isso é conversa fiada, porque nenhum cadastro dessa natureza é preciso agora e nem no futuro. As organizações outorgadas desaparecem, não avisam, tem novos que não avisam, tem os clandestinos, e tem tudo, se ficar esperando o aperfeiçoamento de seus cadastros a cobrança é Ad Eternum porque quem estudou um pouco de estatística sabe que a ciência estatística é relativa, não é exata, através da curva de Gauss é que você faz a aproximação dos dados, então essa conversa fiada, que vem há cinco anos, não é nada mais do que para defender os interesses do estado, em conluio com as forças econômicas, que não querem ceder os cadastros e nem firmar o convênio que têm de firmar entre a Cetesb, a Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Então são coisas esquisitas que ocorrem. Não há necessidade, os cadastros inclusive estão na Internet, você pode acessar o cadastro do DAEE. Se ele é real para o DAEE, porque não é para a cobrança? Aí vem o argumento de que precisava fazer a revisão do plano da bacia, quando não é obrigação da revisão para se iniciar a cobrança. Agora tem até a revisão. Qual é o problema? Quero que me digam, quem souber. Qual é o problema de começar a cobrança? Publicar o edital? É só pagar o jornal. Quatro anos empurrando com a barriga em função das forças, repetindo, anacrônicas, de interesses poderosos das forças econômicas, aí vem um projeto maravilhoso desses do governo que intrinsecamente compreende a cobrança sobre o controle do lançador do efluente, sobre o consumidor d'água, sobre aquele que reusa, então isso um absurdo, há dois anos atrás apresentamos uma Deliberação aqui para começar a cobrança e aí essas forças, que não vou ser repetitivo, interferiram, e agora vem à mesma conversa fiada, lá no CRH foi a mesma coisa no prazo de agosto. 2010 é pouco, ou 2020 também é pouco. Pelo conhecimento que eu tenho da administração isso é um absurdo, isso implica no tal custo Brasil, no desenvolvimento social, no IDH, no desenvolvimento humano, na saúde pública, porque esse dinheiro é necessário. Esse cronograma que está aqui Sr. Presidente, foi feito há mais ou menos quatro anos atrás, ele vem

nos dando detalhes, porque tem que acompanhar o que a lei manda, o coeficiente para o cálculo já está pronto, é da lei, é só colocar preço, o Sorocaba veio com um preço mais alto do que o Piracicaba, em poucos meses, colocaram um professor, da Luiz de Queiroz, como Presidente da Agência e resolveram aquilo lá, e não deram nem muita satisfação aqui para o sistema, chegaram com tudo pronto, inspirado no Piracicaba, Ceivap, não sei onde. Tenho impressão que a sociedade aqui no topo aqui da cabeceira, deve ser de uma incompetência absurda, não é? Absurda. Devemos ser todos analfabetos. Quando você tem um escopo para o cálculo matemático é só você encontrar a equação, o escopo está pronto na lei da cobrança, as condições, os planos de bacia, estão todos aí, então quem falar para mim que vai cobrar daqui a não sei quanto tempo, eu não sou de me desiludir não, faz muitos anos que estou no sistema, nunca vi tamanha incompetência, tamanha incompetência. Na época que fui Presidente da Agência foram dois anos de luta, é um absurdo de autoritarismo que está em cima do sistema, se bem que acho até que vão acabar com a gente, com essa lei nova aí, porque o sistema é tão autoritário que não consegue conviver com o sistema tripartite onde está a sociedade civil." O Secretário considerou "se houveram cronogramas, planos de trabalho, e equipes trabalhando, (...) todos participaram desse processo, devem entender com propriedade porque não foi possível atingir os objetivos já que todos tinham a oportunidade de se manifestar e por isso que a representação é tripartite, aqui na plenária e nos seus Subcomitês." e havia necessidade de cumprir os ritos legais como o prazo até 31 de dezembro de 2008 para a atualização do cronograma de implementação conforme proposta apresentada. O Presidente reiterou que os prazos foram reduzidos para 10/06/2009 para ser encaminhado ao CRH, e que a partir da aprovação era necessário o Decreto do Governador para efetivar a cobrança. Após as considerações **a plenária votou e aprovou a Revisão dos Prazos para a Atualização do Cronograma de Cobrança pelo uso da água, sob aplausos.** Na finalização dos trabalhos, tendo sido cumprida a pauta o Presidente lembrou a todos para comparecerem à plenária de 12 de janeiro e encerrou a reunião desejando a todos um feliz Natal e um bom Ano Novo. Eu, Maria Emília Botelho, como Secretária Executiva-Adjunta, coordenei a elaboração da presente Ata, que está em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião.